

# Professor da FGV explica impactos da alta dos combustíveis

Rafael Chaves alerta para risco de inflação e desabastecimento no país

Por Gabriel Rattes

A alta recente dos combustíveis em Petrópolis não é um fenômeno isolado. Segundo o professor de economia e finanças da FGV EPGE, Rafael Chaves, o aumento está diretamente ligado ao cenário internacional, especialmente aos conflitos no Oriente Médio.

Em entrevista ao programa Correio Petropolitano Debate, o especialista explicou que a guerra atinge uma das regiões mais estratégicas do mundo para a produção e circulação de petróleo. “A guerra está acontecendo numa região com grande fluxo e comércio de combustível fóssil. Isso reduz a oferta e pressiona os preços do petróleo e de seus derivados”, afirmou.

Com isso, produtos como gasolina, diesel e querosene de aviação ficam mais caros — e os reflexos chegam ao Brasil rapidamente. Um dos efeitos já sentidos é o aumento no preço das passagens aéreas e no custo do transporte em geral.

## Preços continuam subindo

Mesmo com medidas adotadas pelo governo federal para tentar conter a inflação, os preços seguem em alta. Para o professor, há erros na forma como o problema vem sendo enfrentado. Ele

critica, por exemplo, ações de fiscalização que tentam limitar preços nos postos de combustíveis.

“Não é um burocrata em Brasília que vai ditar o preço. Quando o governo interfere na relação de compra e venda, pode gerar distorções. O mercado é descentralizado. São cerca de 50 mil postos no Brasil. Não é possível definir preço de forma centralizada sem gerar distorções”, explicou.

Chaves destaca que o aumento ocorre porque há menos oferta e alta demanda — especialmente em momentos de crise. “Não conseguimos controlar o que acontece no Oriente Médio, mas os efeitos chegam ao Brasil na forma de aumento do preço dos combustíveis e inflação”, disse.

Outro ponto levantado é a política de preços da Petrobras. Segundo o economista, a empresa não tem repassado integralmente a alta internacional em todas as regiões, o que cria desequilíbrios no mercado. “O preço do barril saiu de cerca de 60 para mais de 100 dólares. Isso já não é volatilidade, é mudança de patamar”, disse.

Para ele, segurar preços artificialmente pode gerar problemas maiores, como prejuízos e falta de produto. “De uma forma ou de outra, alguém vai pagar essa conta”, enfatizou.



Em Petrópolis, o valor médio da gasolina comum chegou a R\$ 7,19

## Alta já pesa no bolso

Em Petrópolis, o impacto já é evidente. Dados mais recentes da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - mostram que, na quarta semana de março:

- **Gasolina aditivada:** média de R\$ 7,17 e máxima de R\$ 7,49
- **Gasolina comum:** média de R\$ 7,04 e máxima de R\$ 7,29
- **Etanol:** média de R\$ 5,54 e máxima de R\$ 5,69

O aumento semanal chegou a mais de R\$ 0,30 em alguns casos. Motoristas relatam dificuldade para manter os custos, principalmente aqueles que dependem do veículo para trabalhar.

## Três impactos principais

De acordo com Rafael Chaves, o cenário atual pode trazer três consequências diretas para a sociedade: desabastecimento, inflação mais alta e pressão nas contas públicas.

Desabastecimento: A intervenção no mercado pode afastar importadores. Como cerca

de 30% do diesel consumido no Brasil vem do exterior, isso pode gerar falta do produto. “O combustível mais caro é aquele que não tem. Se você desestimula esse mercado, pode gerar desabastecimento”, resumiu.

Inflação mais alta: A gasolina representa cerca de 5% do índice oficial de inflação (IPCA). Já o diesel impacta toda a cadeia de transporte. Com o aumento: alimentos ficam mais caros; fretes sobem; e serviços são reajustados.

Pressão nas contas públicas: Caso o governo segure preços abaixo do valor internacional, a diferença precisa ser coberta. “Se o governo vende combustível mais barato do que o custo de importação, essa conta vai aparecer depois, seja na bomba ou em impostos”, explicou.

## Possíveis soluções

Para o economista, medidas mais amplas poderiam reduzir os impactos sem distorcer o mercado, como subsídios temporários e distribuídos de forma equi-

brada. Ele cita experiências anteriores, em que políticas desse tipo ajudaram a conter crises no setor de combustíveis. “O governo está deixando a desejar na condução desse período. Já deveria ter adotado medidas mais efetivas, como uma subvenção mais agressiva e horizontal, para evitar distorções no mercado”, explicou.

“Em momentos de crise, o caminho não é interferir diretamente no preço, mas criar mecanismos que permitam ao mercado funcionar com menos impacto para o consumidor”, completou o professor.

## Quem é o especialista

Rafael Chaves Santos é professor da FGV EPGE desde 2014 e doutor em Economia. Tem experiência no setor público e privado, com atuação na Petrobras e em empresas internacionais. Também participou do desenvolvimento de modelos econômicos utilizados pelo Banco Central para análise de política monetária.

# TCE investiga supostas falhas em edital da COMDEP

Por Leandra Lima

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) solicitou esclarecimentos à Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP), após denúncias de irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico n.º 004/2026, realizado no dia 12 de março, que visa à terceirização dos serviços de manutenção, reparos, melhorias em praças e canteiros, além de podas e manejo de árvores no município.

A Corte passou a investigar as possíveis inconsistências no processo, avaliado em R\$ 18.804.042,50,

após uma representação de cautela pedindo a suspensão do objeto. Segundo as alegações não está especificado de que local o município garantirá recursos para o contrato, apenas que vem das pastas do Executivo e da Companhia, sem detalhamento.

Na representação, é apontada insuficiência no planejamento da contratação, enfatizando a falta de estudo técnico preliminar, além de questionamentos sobre a precisão do edital. “Não se verifica no processo licitatório a apresentação de documento técnico consistente capaz de demonstrar, de maneira clara e objetiva, a real necessidade da

contratação”, diz trecho da tutela.

A parte também questiona a reunião de diversos itens em uma única licitação, ressaltando que não há informações que indiquem se os serviços estão contemplados por outra contratação. Além disso, há indícios de supostas fragilidades na estruturação da planilha orçamentária, por não justificar o preço.

## Pedido de suspensão

Após expor as inconsistências, a representação buscou a suspensão da licitação para análise e adoção de medidas necessárias à correção do instrumento convocatório. Pedindo ainda que sejam promovidos os

ajustes no edital referentes à justificativa dos preços e estudos técnicos para comprovação da necessidade de contratação da empresa.

O TCE declarou que não é possível suspender o certame no momento, pois o ele já está disponível no Portal BLL Compras, onde estão disponíveis para download o edital e demais anexos. E, portanto, irá ouvir os órgãos envolvidos, buscando esclarecimentos sobre todos os pontos apresentados, no prazo de 15 dias.

A Corte declarou que, caso seja constatada alguma irregularidade, adotará medidas cabíveis conforme o regime interno do Tribunal. Também foi determinada a apre-

sentação da Ata de Registro de Preços n.º 001/2026, entre outras informações vitais para a formulação do edital.

A COMDEP informou que o Pregão Eletrônico citado é uma ata de registro de preços, ou seja, não há contratação imediata nem obrigação de uso. Disse ainda que, o edital foi previamente analisado pelo TCE e segue os critérios legais, estando disponível no portal da transparência. Finalizou pontuando que, atualmente a utilização da ata está voltada principalmente para demandas emergenciais, como podas necessárias por questões de segurança.